



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALBERTO MAIA ARAÚJO

UNIVERSIDADE, UM DEBATE SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO

BRASÍLIA
2021

ALBERTO MAIA ARAÚJO

UNIVERSIDADE, UM DEBATE SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação como exigência final para obtenção do título de Pedagoga.

BRASÍLIA

2021

TERMO DE APROVAÇÃO

ALBERTO MAIA ARAÚJO

UNIVERSIDADE, UM DEBATE SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Pedagoga. Apresentação ocorrida em ...
Aprovada pela banca formada pelos professores:

Prof.^a Dr.^a Patrícia Lima Martins Pederiva – Presidente/Orientadora
Departamento de Métodos e Técnicas (FE/UnB)

BRASÍLIA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alberto Maia Araújo

Universidade, um debate sobre o subdesenvolvimento

Orientadora Patrícia Lima Martins Pederiva. -- Brasília, 2021. XX p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) - Universidade de Brasília, 2021.

Palavras-chave

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à memória de meus avós, Edvaldo Serafim de Sousa e Creonice Maia de Sousa os quais dedicaram suas vidas às plantações de algodão do Sertão Central no estado do Ceará; Também a sua filha mais nova, Veruza Maria Maia de Sousa, minha madrinha, que se dedica, desde os quatorze anos de idade, à alfabetização de crianças no município de Mombaça no Ceará.

*O amor foi a pedra que faltou no alicerce da nação,
esse amor é a pedra que sobrou dessa nossa construção.*

(Edson Gomes)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Maria Vanuza Maia de Sousa, que me apoia e sempre me apoiou em todas as minhas lutas e em todos os grandes sonhos. Agradeço a todos os familiares que estiveram presentes em minha vida e em minha caminhada até aqui, especialmente a Ludmille Maia Silva, minha querida irmã.

Agradeço a Rafael Sousa Siqueira, meu irmão, por toda parceria intelectual e de vida.

Agradeço a todos os meus camaradas das Brigadas Populares.

Agradeço à UnB e a todos os professores que passaram por minha formação, em especial Patrícia Lima Martins Pederiva.

RESUMO

A Universidade na América Latina e no Brasil está diretamente ligada ao processo de desenvolvimento econômico e social desta região, nesse sentido este trabalho procura apresentar a teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento de André Gunder Frank e a Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini usando como base para explicar o desenvolvimento histórico das universidades na América Latina e no Brasil, para isso usamos a interpretação de Darcy Ribeiro em A Universidade Necessária e suas contradições inerentes.

Palavras chave: Universidade - Subdesenvolvimento - Darcy Ribeiro - André Gunder Frank - Ruy Mauro Marini

ABSTRACT

The University in Latin America and Brazil is directly linked to the process of economic and social development in this region, in this sense this work seeks to present the theory of development of underdevelopment by André Gunder Frank and the Dependency Theory of Marixsta by Ruy Mauro Marini Using as To explain the historical development of universities in Latin America and Brazil, we use Darcy Ribeiro's interpretation in A Universidade Necessária and its inherent contradictions.

Key-words: University - Underdevelopment - Darcy Ribeiro - André Gunder Frank - Ruy Mauro Marini

SUMÁRIO

1- Introdução -----	p. 3
2 - Desenvolvimento do Subdesenvolvimento e Dependência -----	p. 5
3 - A Universidade na América Latina e no Brasil -----	p. 17
4 - Conclusão: O Nacionalismo como superação do subdesenvolvimento -----	p. 28

1 - Introdução

As relações entre a universidade na América Latina e as transformações sociais sempre foram tema de inúmeros escritos, indo de José Carlos Mariátegui à Florestan Fernandes, para restringir aos marxistas. Os estudos do tema contemplam desde as análises das estruturas universitárias e das experiências reformadoras do século XX até o caráter ideológico e político que orientam os trabalhos desenvolvidos em cada uma delas. Por estes pontos privilegiamos o trabalho de Darcy Ribeiro, mais especificamente o livro *A Universidade Necessária* (1968) onde se discute o caráter das universidades desde sua origem até a década de 1960, passando pelas análises das experiências da UnB e Cubana. Finalizando com a perspectiva da Universidade Necessária, que há destaque no papel da Faculdade de Educação.

Trabalhamos com a hipótese de que o desenvolvimento histórico das universidades na América Latina e em especial no Brasil podem ser interpretadas à luz do conceito de *desenvolvimento do subdesenvolvimento* elaborado por André Gunder Frank. A partir do processo de desenvolvimento do capitalismo, considera que há um processo sistemático de subdesenvolvimento da América Latina. Para ele, o movimento de *Independência* responde aos interesses econômicos do setor produtor de matérias primas para a exportação, que havia se fortalecido sob o regime de livre comércio no final do século XVIII, e que aproveitou a oportunidade política criada pelas guerras napoleônicas. A vontade de se tornar independente politicamente corresponde a necessidade de aumentar as exportações, agora alinhado economicamente com a metrópole inglesa, assim, a burguesia latinoamericana foi conduzida a optar por uma política econômica que fortaleceu ainda mais a dependência econômica e por consequência o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

A partir dessa concepção é possível compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento histórico das sociedades latinoamericanas desde a chegada dos portugueses; a integração do continente ao capitalismo global; os processos de independência; os processos de ruptura democrática vivida em 1930 e 1964. Dito isso, consideramos que é possível compreender a questão da universidade na América Latina nos termos de Darcy Ribeiro quando destaca a crise que nas universidades latinoamericanas apresenta-se de múltiplas formas que permitem caracterizá-la como conjuntural, política, estrutural, intelectual e ideológica.

Nas nações historicamente atrasadas, os sintomas desta crise conjuntural surgem como efeitos reflexos, entre os quais sobressai o de desafiar suas universidades a realizar a missão quase impraticável de auto-superar suas deficiências para dominar um saber novo que se amplia cada vez mais, ou ver aumentar sua defasagem história em relação às potências adiantadas. Portanto a crise também é política, uma vez que as universidades, inseridas em estruturas sociais conflituosas, estão sujeitas a expectativas opostas de setores que as querem conservadoras e disciplinadas, e de setores que aspiram a vê-las renovadoras e até mesmo revolucionárias. Nas nações desenvolvidas esta crise política se instaura sempre que a juventude estudantil e professores mais lúcidos passam a questionar a ordem social vigente e se tornam corpos manifestantes. Nas nações subdesenvolvidas, e por isto mesmo mais descontentes consigo mesmas, a atitude de rebeldia juvenil sendo natural e necessária, provoca choque inevitável com os defensores da ordem vigente. (RIBEIRO; 1968; p.8)

Essas tensões são redutíveis a duas políticas básicas, não apenas distintas, mas opostas, sustentadas com maior ou menor lucidez por todos os universitários. Uma delas é a *modernização reflexa*, baseada na suposição de que, adicionando certos aperfeiçoamentos ou inovações a nossas universidades, veremos aproximar cada vez mais de suas congêneres mais

adiantadas até se tornarem eficazes quando as dos países de economia central. A outra política, que designamos de *crescimento autônomo*, parte da suposição de que a universidade, como uma estrutura inserida numa estrutura social global, tende a operar como órgão de perpetuação das instituições sociais, enquanto agia espontaneamente; e que só pode representar um papel ativo no esforço de superação do atraso nacional, se internacionaliza suas formas de existência e de ação com este objetivo. (RIBEIRO; p.9)

Por tanto, propomos aqui discutir a teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento como base para uma compreensão do sentido da universidade nos países da América Latina e também no Brasil, tentando destacar o papel dos atores que nelas influem e o jogo de poderes que a movem, a fim de pensar uma alternativa que a ligue diretamente as necessidades de seu povo dentro de uma perspectiva nacional.

2 - Desenvolvimento do Subdesenvolvimento e Dependência

A crise do desenvolvimentismo que abateu-se sobre a América Latina durante os anos de 1960, abriu grandes perspectivas teóricas e políticas do pensamento crítico daquela região. Nos atentamos nessa parte ao que foi colocado por Ouriques como "polêmica acerca da teoria da dependência" (2016; p.137). Sua característica fundamental está neste momento em se colocar em uma posição crítica às teorias desenvolvimentistas que, ainda segundo Ouriques, "sua necessidade deriva do fracasso desta posição desenvolvimentista em explicar e propor alternativas políticas para a crise da América Latina" (Idem; p.137).

Com isso passamos a analisar os pressupostos para uma análise dos principais pontos para a compreensão da Teoria da Dependência. Existem pontos comuns os quais parte-se a análise de trabalhos produzidos entre o final da década de sessenta e o início da década de

setenta que almejam superar os marcos oferecidos pelo desenvolvimentismo em voga até então. Destaquemos alguns destes aspectos para elucidar esta compreensão: a) o subdesenvolvimento não é uma fase do processo de desenvolvimento capitalista, mas sim um produto necessário de expansão mundial do capitalismo mercantil europeu do século XVI; b) assim, se estabelece um princípio comum a todos os autores tratados: “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história d desenvolvimento do sistema capitalista mundial”; c) considera-se que o novo conceito de dependência implica relações de dominação entre países e, dentro destes, entre classes sociais; é uma tentativa de estabelecer de forma mais correta as relações entre “externo” e “interno” das sociedades latino americanas e romper com a concepção da CEPAL¹ de “dependência externa”; d) busca-se maior precisão conceitual para a dependência - maior rigor analítico - e um compromisso mais claro de mudança nas estruturas de dominação, a nível interno e a nível externo, precisamente porque se explicitam os nexos entre os dois níveis da dependência; e) derivadas desta perspectiva, se estabelecem “tipologias”², cujo objetivo é descrever as formas de dependência historicamente possíveis no continente; f) há uma preocupação evidente em apreender os aspectos mais importantes da evolução histórica das sociedades da América Latina, ganha importância, nesse sentido, a evolução econômica, social e política do período pós-guerra; g) a compreensão das grandes transformações da economia mundial, particularmente de seus centros mais dinâmicos, passa a ser um componente fundamental na exploração da evolução e das possibilidades do desenvolvimento da economia capitalista periférica (Idem; p.140-141).

Esses são alguns dos pontos de partida dos intelectuais para um estudo da dependência nos países da América Latina. Existem divergências entre os autores da dependência que só

¹ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, fundada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

² BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2ª edição. Florianópolis. Ed. Insular, 2013.

serão evidenciadas com mais clareza, a partir do momento em que o debate ganha maturidade, quando o debate fica mais claro no auge da discussão sobre o *status* teórico da teoria da dependência e as alternativas oferecidas pelas lutas de classe na região. Aqui não nos cabe atentarmos nesse momento ao *status* teórico da dependência por tanto nos restringirmos ao que vem a se conceituar como Teoria Marxista da Dependência nos autores André Gunder Frank, na obra *Desarrollo del Subdesarrollo (1967)* e Ruy Mauro Marini, na obra *Dialética da Dependência (1974)*.

André Gunder Frank é um dos principais cientistas sociais do século XX, nascido em Berlim na Alemanha em 1929, foi exilado ainda criança com seus pais por serem opostos ao regime nazista, formou-se em ciências econômicas no Swarthmore College, na Pennsylvania. No ano de 1950 se inscreveu no programa Ph.D em econômicas na Universidade de Chicago, onde teve como professor Milton Friedman, entretanto devido problemas descritos como “incompatibilidade” com o programa daquela universidade, foi convidado a se retirar. Na década de 1960 escreve suas principais obras, como o já citado *Desarrollo del subdesarrollo (1967)*, e uma de suas obras mais famosas *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina (1967)*, estes trabalhos são obras fundamentais de um trabalho minucioso sobre a condição latinoamericana.

A reflexão sobre a dependência não se cria a partir de um espaço vazio, ela se apoia em diversos trabalhos que tentavam explicar o cenário daquele período e tinham em si um denominador comum, a negação do caráter feudal da formação social latino-americana. Em especial os trabalhos de André Gunder Frank, que entra como base fundamental para a corrente da dependência, ao defender que os países subdesenvolvidos foram cruciais para o processo de acumulação de capital e para o desenvolvimento econômico dos países centrais e não se trata de duas estruturas diferenciadas e sim de uma unidade contraditória do

desenvolvimento do capitalismo mundial, ao apontar esse caráter nada revolucionário das burguesias periféricas e sim perpetuador da dependência, as contribuições de Frank é um divisor de águas do tratamento da temática da dependência (DAL ROSSO; SEABRA; 2016; p. 79). A tese do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, válida até hoje, é conceituada por Marini como “impecável, como impecável são as conclusões políticas a que ela conduz” (MARINI; 2011; p.109).

Veremos aqui, alguns conceitos de André Gunder Frank os quais servem de base para os trabalhos acerca da dependência, conceitos esses que serão analisados a partir de seu texto *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* (1967), onde se aborda grande número de elementos chave para se entender a dependência e combater ferrenhamente as teses desenvolvimentistas e etapistas³ sobre a América Latina que vigoravam na época.

As críticas ao pensamento desenvolvimentista elaboradas por Frank desembocam inevitavelmente em pressupostos que nos permite entender a questão da dependência, críticas que podem ser encontradas em várias passagens de seu texto, explicitamos apenas uma para que fique mais claro o apontamento que se faz. Para o autor basta um moderado conhecimento sobre a história para ver que o subdesenvolvimento não é original e nem tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem em nenhum aspecto relevante ao passado dos países hoje desenvolvidos. Os países hoje desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos para que possam ser desenvolvidos. Geralmente se pensa também que o subdesenvolvimento atual pode entender-se a partir do reflexo unicamente de suas próprias características ou estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais. Contudo, a investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento

³ Etapismo foi uma teoria em voga nos anos 1950 e 1960 na América Latina, difundida principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro que propunha que para alcançar a maturação para o momento revolucionária era necessário desenvolver as forças produtivas, como consequência política seria necessário uma aliança entre o proletariado e a burguesia da época.

contemporâneo é, em grande medida, o produto das relações econômicas passadas e atuais, que manteve e mantém países subdesenvolvidos como satélites das metrópoles agora desenvolvidas. Portanto, estas relações são uma parte essencial da estrutura e desenvolvimento do sistema capitalista em sua totalidade.

Frank coloca em evidência a singularidade do desenvolvimento capitalista latino-americano, entendendo que esse modo de capitalismo não deixa de ser a expressão do capitalismo global. Fazendo a constatação fundamental, de que os países desenvolvidos nunca tiveram em sua história períodos de subdesenvolvimento e a maneira de se pensar o subdesenvolvimento como ineficiência de seu desenvolvimento interno é incerta. Para se entender o subdesenvolvimento é preciso entender que este é fruto das relações econômicas que os países levam junto às metrópoles desenvolvidas, tanto em seu passado como em seu presente. Sem em momento algum conceber o sistema capitalista interno desligado do desenvolvimento do capitalismo em escala global..

Da mesma maneira em que se critica a concepção de desenvolvimento dual dos países subdesenvolvidos, que partem da concepção de que algumas regiões dos países teriam se desenvolvido e outras partes não teriam se desenvolvido de acordo com as premissas dos países centrais, tendo aparência feudal e pré capitalista. Sobre esse caráter, diz Frank, “ em conjunto, as teses da “sociedade dual” são falsas e as recomendações políticas que conduzem, só servem para intensificar e perpetuar as próprias condições do subdesenvolvimento que supõem remediar” (1967; p.147).

A afirmação traz ao mesmo tempo uma dura crítica a concepção da *teoria da modernização*, como a concepção de uma *revolução por etapas*. De tal maneira, ao rechaçar tanto as teses que postulam que o desenvolvimento poderia ser concebido através de reformas graduais nas sociedades duais, pela expansão do setor moderno que eliminaria o setor

tradicional, como as teses do feudalismo e o caráter progressista das burguesias nacionais, um suposto núcleo teórico-político dos Partidos Comunistas da América Latina, Frank apresenta uma nova possibilidade de aplicar de forma original o marxismo ao continente. (DAL ROSSO; SEABRA; 2016; p.76)

Segundo André Gunder Frank,

De maneira análoga as relações entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento em nível internacional e em nível nacional observamos que as instituições atualmente subdesenvolvidas das zonas chamadas atrasadas ou feudais de um país subdesenvolvido são também consequência de um processo histórico de desenvolvimento capitalista, na mesma medida e que são as chamadas instituições capitalistas das zonas supostamente mais avançadas do mesmo país (1967; p.147).

Portanto, como contribuição política a tese do *Desenvolvimento do subdesenvolvimento*, tomada por toda Teoria Marxista da Dependência expressa que mesmo que existam debilidades teóricas-conceituais, é inegável que esse conjunto de teses ajudou a mudar o foco dos marxistas e intelectuais orgânicos da periferia para novos problemas. Por isso, ao longo do surgimento da teoria da dependência o significado da intervenção de Frank foi profundamente *política*, na medida que enfrentava e alterava significativamente a orientação tático-estratégica dos Partidos Comunistas latino-americanos e das teorias do desenvolvimento (DAL ROSSO; SEABRA; 2016; p.80)

Estas são algumas das contribuições que tomamos como fundamentais em André Gunder Frank, bases para se pensar a questão da dependência, quebrando com questões vigentes até aquele momento, como as questões da característica dual as sociedades quanto para o desenvolvimentismo. Contudo, no momento de suas publicações há inúmeras críticas a suas teses, principalmente pela ausência de ferramentas teórico-metodológicas mais acuradas, por esse motivo trataremos agora do intelectual que trouxe a metodologia de Marx para as análises da situação de dependência da América Latina: Ruy Mauro Marini, que em *Dialética da dependência*, faz o marxismo latino-americano alcançar seu ponto mais alto, com a formulação das leis e tendências que engendram e movem o capitalismo *sui generis* chamado dependente (OSORIO; 1984; p.61).

Ruy Mauro Marini nasceu em 1932 na cidade de Barbacena, Minas Gerais, graduou-se em administração de empresas em 1957 pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) no Rio de Janeiro. Completou sua formação seguindo para França em 1958 onde passou dois anos, tendo como eixos de estudo as obras de Marx e Hegel. Retornou ao Brasil e começou a se relacionar com um grupo que logo formaria a Política Operária (POLOP). Em paralelo participou de atividade jornalística em um suplemento dominical da União Metropolitana dos Estudantes (UME) chamado O Metropolitano, e também na Prensa Latina, agência cubana de notícias. Iniciando sua atividade acadêmica, colaborou com a criação da Universidade de Brasília em 1962, onde após o golpe de 1964 foi exilado chegou a ser preso e torturado por agentes do Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR), mas deixou o país rumo ao exílio no Chile onde compôs junto a Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, antigos companheiros da POLOP, o grupo de estudos do CESO, e também no México. Nesse período foi professor da Universidade do Chile, permanecendo até 1973, lecionou na Universidade Nacional Autônoma (UNAM) do México a partir de 1974. Fora do Brasil publicou suas obras

mais importantes como “Subdesenvolvimento e Revolução” (1969), “Dialética da dependência” (1973), “O Reformismo e a contra revolução e Estudos sobre o Chile” (1976). Em 1979 retorna ao Brasil onde é reintegrado à Universidade de Brasília (Unb). Faleceu em 1997 na cidade do Rio de Janeiro.

As análises de Marini surgem da necessidade de formular uma teoria com bases marxistas - entendendo aqui marxismo como uma questão de método - que teria a capacidade de resolver inúmeras limitações encontradas nas análises feitas até então. As primeiras formulações sobre o conceito de dependência de Ruy Mauro Marini são encontrados em seu texto *Subdesenvolvimento e revolução na América Latina (1969)*, no qual ele estabelece a proposição básica para que se entenda a questão da dependência, “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI; 1969; p.3).

Contudo, é em sua obra mais aclamada que esse trabalho ganha mais evidência. Segundo Ouriques, “tal desafio teórico-político aparece formulado explicitamente em seu clássico *Dialética da Dependência*” (2016; p.98) e é neste trabalho que se marcará “o processo de transição de uma categoria que, surgida num campo teórico alheio ao marxismo, assume um estatuto teórico marxista” (OSORIO; 1984; p.61) é nesta obra do que encontraremos mais precisamente a formulação do conceito de dependência a qual nos interessa.

Nas palavras de Marini dependência é

uma relação de subordinação entre nações formalmente livres, em cujo âmbito das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da

dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. (2011; p.109)

Neste conceito, Marini traz a tona todo o arcabouço de ideias que vinham sendo discutidas sobre o tema até aquele momento, tanto sobre a possibilidade de uma ruptura com o sistema de subordinação das nações vista a partir da Revolução Cubana, quanto no acirramento das contradições do programa desenvolvimentista que desembocam no Golpe de 1964. Essa definição de dependência está estritamente ligada com o Golpe de 1964, que dá um aspecto novo à dependência da América Latina visto até aquele momento.

As contribuições de Marini ao conceito de dependência vão desde a relação entre as nações até o modo de exploração da força de trabalho nos países dependentes, lançaremos mão de uma síntese que demonstra a essência das teses que fundamentam a teoria: A formação do capitalismo dependente só pode ser entendida “em função da acumulação de capital em escala mundial e em particular de seu centro vital, a taxa geral de lucro” (MARINI; 2011; p.16); A América Latina ajuda a contrabalançar as tendências de queda da taxa nas economias desenvolvidas, fornecendo o aumento da taxa de exploração (via redução do valor dos bens e salários, ao incrementar sua oferta no mercado mundial) e rebaixando o valor do capital constante (via exportação massiva de matéria-prima); Nas relações comerciais internacionais e dada a monopolização que exercem as economias industriais sobre bens industriais e tecnologia, se estabelece um intercâmbio desigual desfavorável às economias latino-americanas, que transferem valor aos países industriais; Como mecanismo de compensação desta sucção, o capital latino-americano redobra a exploração com o fim de incrementar a massa de valor; isto se realiza sobre a base da superexploração dos

trabalhadores; Apoiado na superexploração de maneira permanente, o capitalismo dependente gera um ciclo do capital no qual se produz uma ruptura entre a esfera da circulação, que de outra perspectiva não é mais do que o crescente divórcio entre o aparelho produtivo e as necessidades de consumo das amplas maiorias da população; O fundamento da dependência é, assim, a superexploração, na medida em que explica a forma fundamental de produção de mais-valia, e dá conta do porquê o aparelho produtivo e a esfera da circulação tendem a caminhar desligados, reproduzindo um capitalismo que agudiza as contradições inerentes ao modo de produção capitalista (OSORIO; 1984; p.61).

Essas são, em síntese, as contribuições de Marini as quais fundam a teoria marxista da dependência⁴ tendo complementações em trabalhos posteriores, como é o caso da produção de mais-valia extraordinária na economia latino-americana⁵. Em síntese, as contradições inerentes ao ciclo do capital; a expansão do caráter exploratório do sistema, que o leva a configurar um regime de superexploração da força de trabalho; os obstáculos criados ao passo da mais-valia extraordinária e a mais-valia relativa e seus efeitos perturbadores na formação da taxa média de lucro; a consequente extrema concentração e centralização de capital - é isso que constitui a essência da dependência (MARINI; 1973; p.11). As contribuições de Marini para a compreensão da estrutura produtiva da América Latina não são acabadas, mas segundo o próprio autor, uma introdução à temática e que o texto *Dialética da Dependência (1973)*

⁴ Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos também tem grande influência na fundação dessa teoria, sobre isso ver:

BAMBIRRA, Vânia. *Teoria de la dependencia: una anticrítica*. México, Era, 1978.

_____. *El capitalismo dependiente en América Latina*. México, Siglo XXI, México.

_____. *La Revolución Cubana: una reinterpretación*. México, Ed. Nuestro Tiempo, 1974.

_____. (introducción y compilación). *Diez años de experiencia insurreccional en América Latina*.

DOS SANTOS, Theotônio. *Imperialismo y dependencia*. México, Era, 1978.

_____. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁵ Acerca disso ver: MARINI, R.M. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. 1. versión mimeografiada para discusión. 1978.

teve como propósito adiantar alguma conclusões a que chegou, possíveis de contribuir ao esforço de outros intelectuais que se dedicam ao estudos das leis de desenvolvimento do capitalismo dependente (TRASPADINI; STÉDILE; 2011; p.151).

Mesmo sendo uma introdução ao estudo das leis do desenvolvimento capitalista dos países dependentes, nos traz contribuições fundamentais e conceitos chave para se entender o esse *tipo* de capitalismo, entre eles, como funciona o *Intercâmbio desigual* e a partir disso o conceito de *Superexploração do trabalho*, um dos fundamentos da dependência.

O *intercâmbio desigual*, que trás consigo uma inerente perda de mais-valia durante o intercâmbio das mercadorias - que teoricamente se dá entre troca de equivalentes - e se mede pelo tempo socialmente necessário para a produção, o qual se incorpora nas mercadorias. Na prática percebem-se diferentes mecanismos em que permitem realizar transferências de valor “passando por cima das leis de intercâmbio e que se expressam na maneira como se fixam os preços de produção das mercadorias” (MARINI; 2011; p.120). Essas transgressões são apontadas como efeitos do próprio processo de produção e pela divisão internacional do trabalho, como demonstra que por efeito de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produções inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribuem a fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em lucro extraordinário, igual ao que se constata ao examinar de que maneira se apropria os capitalistas individuais do fruto do trabalho (MARINI; 2011; p.120). A maior produtividade do trabalho diminui sistematicamente o preço de produção das mercadorias, fazendo com isso que o preço geral do mercado, fixado pela quantidade de trabalho socialmente necessário, possa ser burlado por esses produtores, assim podem vender suas mercadorias ao preço do mercado, tendo um preço de produção diminuído.

Isso implica que nesse processo de transação de mercadorias as economias menos favorecidas sofrem uma dupla perda de mais-valia, tanto na compra de mercadorias pela elevação do preço em comparação ao preço real pela exclusividade de produção da determinada mercadoria, quanto a venda quando seu processo de produção não pode acompanhar o da economia mais abastada. É nesse processo que conseguimos analisar a categoria desenvolvida por Marini. Nesse processo de perda de mais-valia que “incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da própria produção” (MARINI; 2011; p.123), se valendo de uma forma de exploração que “estrutural e recorrente, viola-se o valor da força de trabalho” (OSÓRIO; 2009; p.171), dando a esse modo específico de extração de mais-valia o nome de *Superexploração do Trabalho*.

Para garantir o lucro e compensar essa perda de capitais, usa-se métodos em que se podem agudizar a extração de trabalho excedente, esses métodos podem ser três: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”(MARINI; 2011; p.125). Nesses três mecanismos, podemos notar que a característica em comum é que se nega ao trabalhador as condições básicas para se repor seu o desgaste de sua força de trabalho, nos dois primeiros há um processo de trabalho com alto desgaste físico - seja pelo prolongamento, seja pela intensificação do trabalho que encurta a vida útil total, constitui aí um caso em que o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida. Estamos portanto diante de um caso de superexploração, na medida em que se viola o valor da força de trabalho. (OSÓRIO; 2009; p.177). Já no último “porque se retira dele [o trabalhador] inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal”(MARINI; 2011; p.126 grifo meu).

No processo de inserção da América Latina ao mercado mundial, se fazia presente um primeiro fator objetivo que colocará em andamento os mecanismos da superexploração, a partir da etapa colonial, como uma economia voltada para o mercado externo, processo que se aprofunda depois da independência e com maior força na segunda metade do século XIX, onde conforma-se o padrão agro minero exportador, o capital latino-americano contou com todas as condições objetivas para aguçar ao máximo a tensão que o capital enfrenta de procurar explorar ao máximo os trabalhadores (OSÓRIO; 2009; p.182). Esse processo foi propício para que se colocasse em andamento o processo de exploração mais aguda possível aos trabalhadores, e também compreendendo que os trabalhadores locais não faziam-se necessários para a realização das mercadorias, já que a maior parte da produção era destinada ao mercado externo situados em grande medida na Europa e nos Estados Unidos.

O *Intercâmbio Desigual* com suas formas de transferir mais-valia das economias consideradas dependentes para as consideradas centrais, por meio das diferenças nos níveis de produtividade, que são compensados nas economias dependentes, pela fácil possibilidade de se apropriar ‘do “fundo de consumo” dos assalariados e transformá-lo em “fundo de acumulação” (OSÓRIO; 2009; p.182), forma-se a base onde há condições concretas para o surgimento de uma forma específica de capitalismo, o dependente, que acaba tendo a superexploração do trabalho como base fundamental para a sua reprodução, criando uma base produtiva grande porém que se caracteriza pela ruptura entre o consumo básico dos trabalhadores para a sua reprodução das mercadorias por eles produzidos.

3 - A Universidade na América Latina e no Brasil

O debate sobre as instituições educacionais, em especial a universidade, ganharam novo contorno a partir dos acontecimentos de 1968, sobretudo na Europa, mas também trouxeram a tona o debate sobre as universidades na América Latina, tomando como ponto de partida, vários autores se lançaram a construir argumentações sobre o papel destas instituições nos países de economia dependente, como é o caso de Darcy Ribeiro em *A Universidade Necessária* (1968) e Ruy Mauro Marini e Paulo Speller em *Universidade brasileira* (1977). Aqui pretendemos expor alguns apontamentos sobre a especificidade das universidades na América Latina, com Darcy Ribeiro e uma breve contextualização sobre seu papel no Brasil, com Marini e Speller. Com isso, pretendemos ter um panorama introdutório sobre os principais problemas e contradições na formação social das instituições universitárias no nosso continente e em nosso país.

Nas nações historicamente atrasadas as crises da universidade se expressam em três sentidos. Primeiro, conjunturais, por serem desafiadas e fracassarem sistematicamente na tarefa de absorver e difundir os saberes humanos das últimas décadas e também na tarefa de auto-superar essas deficiências para dominar um saber que se amplia cada vez mais. Segundo, na política, uma vez que as universidades, inseridas em estruturas sociais conflituosas, estão sujeitas a expectativas opostas, de setores que as querem conservadoras e disciplinadas e dos que aspiram a vê-las renovadas e até mesmo revolucionárias (RIBEIRO; 1968; p.8). Terceiro, estruturalmente, visto que os problemas colocados na universidade não podem ser resolvidos no quadro institucional, como as estruturas não são cristalizadas e sim formações históricas de esforços múltiplos que criaram as universidades, nela se fixam inúmeros interesses que operam, assim como obstáculos a sua transformação.

As tensões e traumas derivados desta crise já são suficientes para que as universidades latino-americanas discutam formas e proponham caminhos para a superação de seus

problemas. Esses caminhos são redutíveis a duas políticas básicas, não apenas distintas, mas opostas, que refletem em planos ideológicos dos sujeitos que querem dar a universidade modos de funcionamento, segundo Darcy

Uma delas é a *modernização reflexa*, baseada na suposição de que, adicionando certos aperfeiçoamentos ou inovações a nossas universidades, vê-las-emos aproximar-se cada vez mais de suas congêneres mais adiantadas até se tornarem tão eficazes quanto aquelas. A outra política, que designamos de *crescimento autônomo*, parte da suposição de que a universidade, como uma estrutura inserida numa estrutura social global, tende a operar como órgão de perpetuação das instituições sociais, enquanto atia espontaneamente; e que só pode representar um papel ativo no esforço de superação do atraso nacional, se internacionaliza suas formas de existência e de ação com este objetivo. (Idem; p.9)

A política modernizadora aspira reformar a universidade de modo a torná-la mais eficiente nas suas funções, conservando-a dentro de sociedades dependentes e sujeitas a espoliação neocolonial. Já a política autonomista visa transformar a universidade como ponto de transformação da própria sociedade, a fim de permitir que supere a característica de membro externo à sociedade de qual faz parte, que serve apenas para a reprodução da ordem vigente e a prosperidade de outras nações, podendo assim contribuir para o reconhecimento do povo em si, dono de seu próprio destino e disposto a integrar-se a civilização como uma nação autônoma.

Estas opções se oferecem não apenas à universidade mas a toda sociedade, aí deriva seu grau de complexidade, exigindo que escolham caminhos que esbarram em enormes interesses investidos, uma vez que a manutenção do *status quo* beneficia, naturalmente, uma parcela já favorecida pela estrutura social vigente e que sua alteração põem em risco privilégios históricos. Podemos destacar que setores, dos mais influentes na tomada de decisão, já assumiram posição: progressos parciais e reflexos aos países centrais, quando nos tornamos frutos da industrialização alheia e não de suas sementes (Idem; p.11). Isto é, sempre os frutos e não sementes do novo saber e da tecnologia de ponta; processo que perpetua a estrutura de poder e as camadas sociais por ela privilegiadas, permitindo às nações latino-americanas apenas a possibilidade de perpetuar-se no papel de povos periféricos do sistema capitalista global.

Estes questionamentos são um sintoma da transformação substancial no modo de encarar nossas sociedades nacionais, nossas universidades e o modo de encarar nosso papel dentro de ambas. Estas transformações não são gratuitas, mas, pelo contrário, são fruto de uma conjuntura que atravessa a América Latina, na condição de *atraso histórico* para a de *subdesenvolvimento*. No plano ideológico expressa Darcy

Esta transição se expressa por suas modalidades da consciência. A *consciência ingênua*, própria das nações historicamente atrasadas, que se caracteriza pela resignação com seu atraso e sua pobreza porque só é capaz de percebê-los como naturais e necessários. E a *consciência crítica*, correspondente à conjuntura do subdesenvolvimento, que se caracteriza por sua rebeldia contra o atraso, porque o percebe como antinatural e o explica como causado por fatores sociais erradicáveis. (Idem; p.12)

Neste sentido podemos destacar o papel vindo de dentro da própria universidade, expresso na posição de membros do corpo docente, que mantém uma postura conservadora quanto a posição modernizadora, que argumentam incansavelmente sobre as vantagens do aperfeiçoamento parcial atingidos pela ajuda externa, mas que está cega para o estreito alcance de suas aspirações. Darcy exemplifica que

Basta considerar que as universidades latino-americanas recebessem, nos próximos vinte anos, ajuda estrangeira vinte vezes maior do que obtém agora para programas modernizadores, ao final deste prazo se encontrariam na mesma situação atual de atraso relativo com respeito às grandes universidades do mundo moderno. (Idem; p.14)

Cabe ao corpo universitário, explorar até o limite a consciência que tornou possível o diagnóstico da situação da sociedade e da universidade e formular uma estratégia que conduza a luta na universidade não como uma barricada isolada, mas como nosso setor de combate, no qual devemos antecipar todas as transformações estruturais realizáveis e que contribuam à renovação da sociedade. A meta, como universitários, é fazer da ação docente e estudantil uma ponta de lança voltada tanto contra a universidade obsoleta e os que querem assim, como contra nossas sociedades atrasadas e aos que estão conformados com seu atraso.

Mesmo as universidades que operam no sentido modernizador, que evitam contato com os corpos governamentais, quando se rompe a legalidade democrática, entram em choque aberto com estes. Então, seus espaços de pesquisa são fechados e seus intelectuais forçados a paralisar suas atividades e em alguns casos obrigados a abandonar seus países. O caráter

dessas crises não permite a nenhuma universidade consolidar-se porque, quando uma delas consegue desenvolver, através de seus esforços, justamente sobre ela recai a ação repressiva. Com isso, anos de trabalhos fecundos são obrigados a serem interrompidos. Lutamos contra forças externas que, para manter as estruturas vigentes de poder, julgam necessário paralisar a universidade.

O Golpe Militar de 1964 é um exemplo claro dessa situação, os militares, formados fora dos meios acadêmicos e igualmente submetidos a influências externas à universidade, impõe sua tutela sobre a nação, lançando toda sua fúria contra as universidades, sendo estas alvos prediletos de suas ações repressivas, por defini-las como intransigentes e subversivas. É nítido que os profissionais da subversão militar, identificam na universidade um centro renovador que deve ser erradicado a qualquer custo porque não podem impedir que ela se volte contra a ordem vigente, mesmo estas sendo conservadoras. Os militares, nesse sentido, se caracterizam pela falta de compromisso para com o progresso e a autonomia nacional, que eles sacrificam se voltando à preservação da estrutura econômica: o latifúndio rural e a liberdade de movimento para as grandes companhias internacionais (Idem; p.20).

A separação que há entre a formação dos militares e universitários - graduados em diferentes escolas superiores e submetidos a influências distintas - elevou ao extremo a concepção entre o papel da nação na conjuntura mundial. Estas duas posições evidenciam o papel que cumpre as forças armadas nos países dependentes. A aceitação passiva de uma posição periférica é o que impossibilita aos militares a percepção do valor estratégico da ciência e da tecnologia que se cultiva nas universidades. Concebendo-se como forças auxiliares que somente necessitam adestrar-se para manobrar material importado, vêm nas universidades de seus países como instituições supérfluas e como meros focos subversivos.

Fica evidente, portanto, que há uma disputa entre o papel das nações latino-americanas na reprodução do capital das economias centrais e o papel da universidade neste quadro. Uma das formas de responder a esta política internacional é realizar uma análise sobre toda sua fachada generosa, que trate de revelar seus propósitos ocultos e, principalmente, formular explicitamente o modelo de universidade que convém a nossos países baseado num estudo objetivo e realista dos problemas do ensino superior e da investigação científica e tecnológica que enfrentamos.

Somente por este caminhos poderemos alcançar, em tempo previsível, aquele grau mínimo de maturidade científica que nos permita experimentar um desenvolvimento autônomo da cultura nacional. Só assim seremos capazes de criar, um dia, a universidade que necessitamos: uma universidade organicamente estruturada, que atenda as nossas carências. Para isso devemos orientá-la, não para um desenvolvimento reflexo como que resultaria de projetos alheios, mas para um desenvolvimento que parta da formação de projetos específicos que correspondam às nossas aspirações de auto-superação e de progresso autônomo (Idem; p.25).

Ruy Mauro Marini e Paulo Speller em *A Universidade brasileira (1977)* destacam as contradições encontradas nas universidades brasileiras, pontuando principalmente as transformações sofridas no quadro da educação superior desde a sua formação no Brasil, dando ênfase no processo que sofreu estas instituições a partir do Golpe Militar de 1964.

Diversos são os fatores que indicam para o atraso no surgimento das universidades no Brasil, aqui nos deteremos em assinalar apenas alguns destes aspectos ligados diretamente ao desenvolvimento da economia no país. O fato de ser uma economia de exportação, que produz matérias-primas, alimentos e metais preciosos, o Brasil depende do mercado internacional para prover os meios de vida e de produção; até a mão de obra, durante longo

período, foi proporcionada através do tráfico de pessoas escravizadas, que após a abolição se deu por meio da importação de trabalhadores europeus. Nesse sentido, “o envio de estudantes à Universidade de Coimbra é a resposta fiel, no plano ideológico, no esquema de produção e circulação própria da economia exportadora brasileira (SPELLER; MARINI;1977; p.5), a formação de homens das leis e letras expressa a separação até o limite do trabalho manual do intelectual, onde o trabalho produtivo, da sociedade escravista, é identificado como sujeição e degradação, a cultura então, se cristaliza no polo oposto, como refinamento e excelência. A educação superior não cumpre nesse momento o papel que cumpriram nas sociedades de capitalismo central, no âmbito do desenvolvimento da ciência e sim apenas uma função ideológica necessária à sociedade escravista da época.

As grandes transformações no campo educativo surgiram com a Revolução de 1930 e seus resultados no Estado Novo, nascido a partir do golpe de 1937, sob Getúlio Vargas. Neste processo de criação de um Estado capitalista moderno, a revolução de 1930 não descuidou no campo educativo. Cria-se o Ministério da Educação e Cultura, vê-se a criação de um sistema nacional, promove-se a educação primária; reestrutura-se o ensino médio, com as reformas de 1931 e 1942, e se estrutura um importante sistema de formação profissional, que assegura a oferta de mão de obra qualificada e semiquificada que a industrialização requer (Idem; p.9).

A partir de 1931⁶ cria-se um sistema universitário nacional, com autonomia didática e administrativa. Reforma-se universidades, em especial a Universidade do Rio de Janeiro, transformada em 1938 em Universidade do Brasil, pensada em ser a cabeça do sistema universitário brasileiro. Em 1934 funda-se a Universidade de São Paulo e em 1935 a Universidade do Distrito Federal. Em São Paulo destaca-se a criação da Escola Livre de

⁶ Cabe destacar que antes do processo de criação de um sistema universitário nacional já haviam sido criadas a Universidade do Rio de Janeiro, em 1929 e a Universidade de Minas Gerais, em 1927. Com um brevíssimo funcionamento e reestruturadas então pelo movimento de 1931.

Sociologia e Política, pioneira nos estudos das Ciências Sociais no Brasil. Aqui verifica-se a tentativa de mudança de um Brasil agrário a um Brasil industrial, porém o crescimento do sistema educativo apresenta um crescimento anárquico, visto que somente em 1961 aprova-se uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fruto das lutas políticas que há vinte anos vinham tomando o país (Idem; p.10). Sua vigência foi curta, o período agitado que viveu o país na década de 1950 que desemboca no Golpe Militar de 1964, acarretará em inúmeras mudanças institucionais no país, sobretudo no campo da educação.

O Golpe Militar de 1964 gera profundas alterações institucionais, mudanças radicais na estrutura econômica, deslocamentos nas alianças de classes, que se estendem até 1968 e permitem, a partir desta data, edificar de maneira acelerada a moderna sociedade brasileira.

Citando Marini e Speller

Em relação à educação superior, a ditadura militar se move, em sua primeira fase, em dois sentidos: busca dominar o movimento estudantil, que tinha ganho no período anterior grande capacidade de mobilização e havia desempenhado um papel destacado no processo político que precedeu o golpe de Estado; e pretende estabelecer novos lineamentos para as estruturas educativas, com fim de adequá-las aos novos objetivos econômicos e políticos do regime do grande capital. (Idem; p.11)

Assiste-se então aos fins de 1968 a reorganização do sistema educativo. Entre as medidas que podemos destacar está a Lei 5.540 de 28 de novembro, que preparava a reestruturação da educação superior, e que completou com o Decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que suprimiu praticamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de

1961 então vigente. Nos marcos dessa nova legislação foram concedidas amplas facilidades para a criação de instituições privadas e cursos isolados, mantendo o sistema de exame para ingresso ao ensino superior e se dava prioridade absoluta à educação técnica. (Idem; p.12)

Os resultados da política educacional em nível superior, pós-golpe de 1964, trouxe resultados em função das linhas básicas que orientam o pensamento governamental. O liberalismo, no sentido clássico colocou o Estado para exercer o papel normativo, deixando para as empresas privadas as iniciativas relacionadas à educação; o desenvolvimentismo, a ênfase na educação como fator decisivo no processo de desenvolvimento econômico. O liberalismo em matéria educativa, praticada pelo regime militar, se manifesta em três níveis. Primeiro, na entrega da educação superior à empresa privada, convertendo o ensino em negócio; segundo, liberação da matrícula, que encontra limites apenas na capacidade do capital privado de oferecer oportunidades de ensino e na capacidade dos estudantes de aproveitá-las, não apenas no sentido intelectual, mas também no sócio-econômico.

Segundo Marini e Speller, tanto no quadro da oferta entre instituições públicas e privadas e também a relação entre professor e aluno pode ser demonstrada a partir de dados

É assim que podemos entender que, entre 1964 e 1973, as instituições privadas de ensino superior tenham passado de 38% do total a 61%; para 1976 se estimou que 74% das escolas superiores são privadas e apenas 26% são públicas [...] a qualidade do ensino se deteriora, o que se pode estimar pelo fato que, entre 1966 e 1973 enquanto a matrícula do ensino superior cresceu 797%, o número de professores aumentou apenas 194%. (Idem; p.12)

Como vimos, o setor de educação superior privado absorveu a maior parte do crescimento, em detrimento do setor público, em especial nas instituições federais, que centravam em 1966, 45% do total de matrículas, sua participação foi reduzida a 24% em 1972. Por outra parte, mesmo com aumento no número de vagas, o setor da educação superior não atende a demanda real. Em 1966 se apresetaram ao exame vestibular em todo país 144 mil candidatos, dos quais somente 69 mil obtiveram matrícula além do índice de reprovação ter sido mais que o dobro entre os anos de 1966 e 1972. (Idem; p.17)

Após o golpe de 1964 o grande capital nacional e estrangeiro conseguiu impor, sem travas, sua dominação ao conjunto da sociedade brasileira abrindo as portas da economia à penetração dos investimentos estrangeiros, a burguesia nacional orientou o desenvolvimento capitalista do país a uma industrialização acelerada que, ao centrar a produção no mercado exterior, divorcia a capacidade de produção das necessidades de consumo das amplas massas. Portanto, este Estado não é uma superestrutura isolada, imposta simplesmente pela força, mas sim um sistema de dominação renovado, que transformou as instituições que a compõem, inclusive a universidade.

É assim que a universidade brasileira cumpre os objetivos que lhe foram destinados pela classe dominante e seu Estado, desperdiçando jovens para elaborar um produto específico - reduzindo a força de trabalho, porém especializando-a, para suprir assim as necessidades da reprodução do capital - concentrando massas de estudantes e levando a cabo uma formação ultra-especializada; deixando grandes camadas da juventude alheia a educação superior para impor conteúdos rígidos para a produção especializada cumprindo as demandas da classe dominante.

Por fim, concordamos que a universidade no Brasil leva em seu interior sua própria crise, na medida em que faz parte do aparato do Estado dependente, tentamos demonstrar

brevemente o contexto em que ela se insere desde sua formação também suas alterações com vistas a suprir as necessidades de mão de obra do sistema produtivo no pós-golpe de 1964. Como indicado, nos restringimos neste trabalho a contextualização até o período militar, com a finalidade de explicitar que seus problemas iniciais, sobretudo o divórcio entre seu funcionamento e as demandas da população em geral, destacando o processo excludente, tanto a nível formativo da juventude, que se enquadraria na educação superior brasileira quanto a sua produção que se desvincula das necessidades materiais da maior parcela da população.

4 - Conclusão: O Nacionalismo como superação do subdesenvolvimento

A consciência de que o atraso e pobreza dos países latino-americanos não são naturais e necessários e persistem por levarem lucro a setores internos e externos e que resulta do modo de implantação e da organização das sociedades nacionais que se desloca da realidade e necessidade do povo, junto a percepção de que as relações dos países latino-americanos no contexto mundial, podem contribuir tanto para perpetuar o subdesenvolvimento, quanto para superá-lo, podem ser concebidas pelo nacionalismo. Entretanto, o nacionalismo que aqui citamos se difere do nacionalismo das potências européias, que eclodiram no fascismo no início do século XX. O nacionalismo aqui estabelecido é a afirmação da nação em que cada povo vive o seu destino, de propor um programa próprio de desenvolvimento, que leve em conta e seja executado pela própria população, atendendo às condições de sobrevivência e o progresso entre os povos que a constituem.

Essa posição necessita ser alcançada também dentro das universidades latino-americanas. O sentido cosmopolita, como coloca Darcy Ribeiro é, “para os

latino-americanos, a atitude oposta, de miopia e de complexo de inferioridade em relação aos conteúdos nacionais e de sua cultura se colocando em complacência ao caráter espoliativo dos vínculos de dependência externa” (1968; p. 26). Essa atitude, lúcida ou inconsciente, faz que atores ajam a partir de interesses externos e alheios às necessidades nacionais.

Nesse sentido, faz necessário uma mudança de postura quanto a compreensão do papel da universidade nas sociedades latino-americanas, para que possamos tomar as rédeas do desenvolvimento histórico de nossas nações ao ponto que deixemos de ser levados a imaginar que não há possibilidade de sermos livres e que o subdesenvolvimento é algo natural, compreendendo que o desenvolvimento do subdesenvolvimento está ligado a acumulação capitalista de outras países a qual hoje em dia estamos subordinados como nações de exportação agropecuária e mineira.

As universidades têm o papel de formar ideologicamente e tecnicamente a parcela social que contribui para tal tarefa, por isso é importante que voltemos o olhar sobre ela e a lógica em que ela opera. Por outro lado, é necessário que o corpo que compõe a universidade esteja cada vez mais ligado às necessidades e do povo que constitui a nação que ela está inserida, podendo a partir dessas experiências estar cada vez mais ligada a um sentido nacional e que ele faça parte e constitua o seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

DAL ROSSO, Sadi; LANA SEABRA, Raphael. *A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília*. Sociedade e Estado, vol. 31, 2016.

GUNDER FRANK, André. *El desarrollo del subdesarrollo*. Pensamiento Crítico, La Habana, número 7. 1967

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência, 1973*. In: TRASPADINI, Roberta, STÉDILE, João Pedro (orgs.) Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo. Expressão Popular. 2011.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolucion, 5º edição corrigida e aumentada*, Ed. Siglo XXI, México, D.F., 1974

OSÓRIO, Jaime. *El marxismo latino-americano y la dependencia* in Cuadernos Políticos Janeiro-Março, 1984.

OURIQUES, Nildo Domingos. *O Colapso do Figurino Francês: Crítica às ciências sociais no Brasil*. 3ª Edição. Florianópolis. Ed. Insular. 2015.

OURIQUES, Nildo Domingos. *Por uma teoria marxista da dependência*. In: SEABRA, Raphael Lana. Dependência e Marxismo: Contribuições ao debate crítico latinoamericano. Ed. Insular: Florianópolis, 2016

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1975.